

A PRESENÇA FEMININA NOS EXAMES DE PREPARATÓRIOS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Igor Pereira Teles – Graduando em História / UFS

João Paulo Gama Oliveira – Graduando em História / UFS

4. Gênero e etnia na história da educação brasileira

No ano de 1830 surgem as primeiras tentativas de organizar os estudos secundários em Sergipe, na então capital da Província, São Cristóvão. Foram criadas inicialmente as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês. Essas aulas não tiveram êxito e posteriormente, no ano de 1847 foi fundado o Liceu de São Cristóvão, também conhecido como Liceu Sergipense. Durante sua existência este conviveu com vários problemas, como a precária estrutura física, a falta de frequência e o baixo rendimento dos alunos, culminando com o encerramento de suas aulas com a mudança da capital para Aracaju, no ano de 1855. O Presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, pretendia também transferir o Liceu, porém sua morte no mesmo ano da fundação da cidade, impediu a concretização dos seus planos.

A falta de êxito na sustentação de uma instituição de estudos secundários na Província dar-se também pela falta de confiança que as famílias tinham sobre a qualidade deste ensino, conforme relata Paulino José Soares de Souza

Em Sergipe, por exemplo, suprimiram-se os liceus porque “os pais de família que estão no caso de melhor educar os filhos preferem mandá-los estudar os preparatórios para a matrícula dos cursos superiores de instrução nas vizinhas províncias da Bahia e Pernambuco, onde têm de exibir as provas de suas habilitação”(apud. HAIDAR , 1972, p. 31).

Após a referida mudança da capital, houve ainda algumas tentativas frustradas de criação de uma instituição de estudos secundários em Aracaju. Somente em 24 de outubro de 1870, no governo do tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior e com o apoio do Inspetor

Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d'Araújo foi criado o Atheneu Sergipense, oferecendo os cursos de Humanidades feito em quatro anos e Normal em dois anos de duração (Cf. ALVES, 2005).

A fundação do Atheneu Sergipense é fruto da necessidade da sociedade sergipana do século XIX, em desfrutar de uma instituição de ensino que permitisse a continuidade dos estudos de seus filhos em sua terra natal, sem ter que deixar, muitas vezes ainda adolescentes, o seio familiar para buscar um ensino de maior qualidade e uma conseqüente aprovação nos Exames de Preparatórios.

Tais exames foram criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo ministro Couto Ferraz, instituído pelo Decreto n. 1.331-A, trazendo no artigo 112 a determinação que os Discípulos das Aulas e Estabelecimentos Particulares de Instrução Secundária teriam que ser admitidos através de Exames Públicos por escrito, no mês de novembro, das matérias determinadas como Preparatórios para o ingresso nas Academias Imperiais (OLIVEIRA, 2006, p. 302).

Essa busca para entrar no ensino superior acabou por transformar o ensino secundário apenas em um meio de instruir os jovens para a aprovação nos Exames de Preparatórios. Sendo assim, limitava-se em demasia o universo educacional da época, pois os estudantes esforçavam-se apenas para aprender os conteúdos exigidos nos Preparatórios, restringindo seus horizontes. (Cf. HAIDAR, 1972).

A realização dos Exames estava restrita a capital de algumas Províncias e ao município da Corte. Procurando rever essa situação desgastante por parte dos jovens, os quais tinham que se deslocar a outras localidades para tal fim, em 2 de outubro de 1873, segundo o Decreto 5.249, o Ministro do Império, João Alfredo, cria mesas gerais de exames nas Províncias onde não havia faculdades. Tal fato pode ser comprovado no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1916). No referido ano só aconteceram exames nas matérias que constituem o Curso Normal: Gramática, Filosofia, Pedagogia, Geografia e Aritmética.

Se para os meninos existia essa preocupação por parte da família em fazer com que os mesmos ficassem o maior tempo possível próximos de seus lares, com as meninas isso ficava mais evidente levando-se em consideração a visão que a sociedade da época possuía, com relação à educação e suas distinções de sexo.

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e meninos como processos únicos, de algum modo *universais*

dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais (LOURO, 2002, p. 444).

A escolarização feminina, em geral, limitava-se ao ensino de primeiras letras, normalmente transmitidas por preceptoras, ou aulas “domésticas”, tendo como prioridade o ensino de prendas do lar, com o objetivo de torná-las boas esposas e mães de família. Dentro de uma sociedade que discriminava a busca do estudo pelas mulheres, mesmo quando essas alcançavam, ainda tornavam-se sujeitas a uma diferenciação no ensino. No início da formação educacional meninos e meninas aprendiam a ler, escrever, contar e a doutrina cristã, porém em seguida apareciam distinções, pois para os rapazes era lecionado noções de Geometria e para as moças bordado e costura (LOURO, 2002, p.444).

Ao final do século XIX as jovens sergipanas viam no curso normal uma das poucas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho, sendo a atividade do magistério, aceita socialmente por ser considerada como uma extensão das atividades femininas perante a sociedade (FREITAS, 2002b, p. 49). A partir dos pedidos de exames localizados, percebemos que já havia no final dos oitocentos uma busca da mulher sergipana por outras formas de trabalho, e até mesmo de condições de vida que não fossem aquelas até então impostas pela sociedade vigente.

O Contato com as fontes

Levando-se em conta a importância do Atheneu Sergipense para a educação sergipana, primeira instituição de ensino secundário do Estado, e que abrigou desde meados do século XIX, uma parcela significativa da sociedade que almejava por uma formação intelectual, faz-se necessário uma melhor preservação dos documentos produzidos por aquela “Casa de Educação Literária”.

Tendo em vista o estado de deterioração dos impressos e manuscritos produzidos por instituições sergipanas do final do século XIX e início do XX, principalmente devido a sua inadequada disposição, é necessário recuperar e resgatar acervos documentais de instituições educacionais. Como também a construção de novos centros de documentação para a pesquisa educacional.

Com este pensamento foi encaminhado e aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe (a extinta FAP-SE, hoje Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe - FAPITEC-SE), o projeto “Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense” (CEMAS) que tem como um dos objetivos o levantamento e a catalogação das fontes documentais produzidas pela instituição, no período de 1870 a 1950, de modo que esse precioso acervo seja preservado e disponível para futuras pesquisas.

Começamos então a organização do acervo com a separação temporal e a catalogação da documentação existente no arquivo, que encontrava-se empilhada de forma aleatória tanto em relação a datas quanto a conteúdos. Entramos em contato com uma série de documentos que podem contribuir de forma significativa na construção da história da educação sergipana dos séculos XIX e XX. Entre eles foram localizados trezentos e setenta e oito pedidos de inscrição para os Exames de Preparatórios nos anos de 1889 e 1890, sendo registrados pedidos de quatro mulheres para tais exames.

Chama a atenção o fato, de no final do século XIX, mulheres sergipanas mostrar interesse por continuar seus estudos, enviando pedidos para serem examinadas nos Preparatórios, quando a predominância em tais pedidos era masculina.

Partindo para uma análise das produções historiográficas sergipanas e de algumas fontes disponíveis relacionadas ao final do século XIX, percebemos a existência de lacunas na história educacional feminina. Sendo assim, o estudo sobre o tema poderá contribuir para melhor explicar a situação das jovens do Estado de Sergipe e as dificuldades encontradas por elas em terem acesso a uma maior escolarização, considerando que:

O documento em si não é História, não faz História. É importante destacar que são as perguntas que o pesquisador (a) tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver pergunta, o material não será suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é

sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada (GALVÃO E LOPES, 2001, p. 92).

Em concordância com tal afirmação, partimos para fazer a exegese dos documentos correspondentes às solicitações de exames em determinadas disciplinas, e que caracterizam-se por apresentar: o nome da instituição e das diretoras, quando as meninas estudavam em escolas, ou em outros casos o nome do docente que lecionou as disciplinas em aulas avulsas. Este documento assinado servia para comprovar que as alunas estavam habilitadas a prestarem o exame das disciplinas específicas para o ingresso nas Academias Imperiais.

Em Sergipe os Exames Gerais de Preparatórios no ano de 1883 foram realizados nas matérias de: Português, Francês, Inglês, Latim, Geografia, História, Filosofia, Aritmética, Álgebra, Geometria, Retórica e Poética. Com a Proclamação da República foram incluídas as disciplinas de: Alemão, Trigonometria, Física e Química, História Natural e Higiene (Cf. ALVES, 2005).

Dentro de alguns dos pedidos foram encontradas as Guias de pagamento que eram efetuados na Delegacia Especial. O valor deste pagamento, no ano de 1889, correspondia a importância de três mil cento e cinquenta réis sendo que cada Guia corresponde a inscrição de uma disciplina. Nela consta se a aluna havia estudado na Província ou não.

No ano de 1889 duas alunas enviaram seus pedidos de inscrição: Laura de Britto Sant' Anna e Elisa d'Oliveira. A solicitação de Laura de Brito, feita para as disciplinas de Aritmética, assinada pelo professor Joaquim do Prado A. Leite e a de Língua Portuguesa por Manuel Francisco d' Oliveira são apresentadas com as guias de pagamento.

O professor Joaquim do Prado A. Leite possuía a formação de Farmacêutico e Bacharel, exercendo a profissão de promotor, juiz, deputado. Quando professor do Atheneu Sergipense lecionou Aritmética, Álgebra, Literatura, Lógica, Psicologia e Direito Público (Cf. ALVES, 2005). Já o professor Manuel Francisco de Oliveira exerceu o magistério no Atheneu Sergipense ensinando História, Religião, Pedagogia, Geografia, Astronomia e na Escola Normal as matérias de Geografia e História. Foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública em 28 de setembro de 1894, cargo em que se aposentou (GUARANÁ, 1925, ps. 208 e 209).

A estudante Elisa d'Oliveira, aos 16 anos de idade, filha legítima do Dr. Domingos d' Oliveira Ribeiro, apresentou pedidos das disciplinas de Português, Francês e Inglês, sendo

assinados pelas diretoras do Colégio Inglês, Júlia de Oliveira e Anna Carrol. Esta instituição possuía como diferencial o ensino de línguas estrangeiras que habitualmente não estavam presentes na formação disciplinar destinada à educação feminina.

O Colégio Inglês tem o início de suas atividades letivas na cidade de Laranjeiras, no ano de 1887, e em 1890 encontram-se os seus últimos registros na imprensa de Aracaju. Esse colégio seguia uma orientação católica, sendo filiado ao Colégio Nossa Senhora da Graça, na Província de Pernambuco. Após a saída da Província de Sergipe, as diretoras passaram a lecionar no interior de São Paulo em 1894. Numa pequena lista reconstituída das meninas que estudaram no referido colégio nos anos de 1888 e 1890, encontram-se os nomes de Elisa de Oliveira Diniz, Flora de Alencar Menezes e Ana Lobão. (Cf. FREITAS, 2002a)

As guias de pagamento de Elisa d'Oliveira assim como as de Laura d' Britto Sant' Anna continham o nome da disciplina, e deveriam ser pagas na recebedoria provincial, declarando também onde cursou a matéria. As guias de Elisa d' Oliveira trazem o nome do delegado Dr. Galdim Telles de Menezes, porém as de Laura d' Britto não contém o nome do mesmo.

Em 2 de outubro de 1890, o jornal "O Republicano", traz o Edital de abertura dos Exames de Preparatórios, registrando inscrições até o final daquele mês. Dentre os pedidos apresentados, a estudante Anna Lobão apresenta os de Francês e Português e Flora de Alencar Menezes os de Português, Francês e Inglês, todos apresentados sem as guias de pagamento, e nos mesmos, constam a assinatura da professora Julia de Oliveira, informando que as requerentes estudaram no Colégio Inglês.

Em 14 de novembro de 1890 foi apresentado pelo vice-governador o documento que nomeava os professores para fazerem parte das bancas julgadoras dos Exames Gerais de Preparatórios que iniciaram no dia 17 daquele mês, com as bancas compostas por: Major Oseas de Oliveira Cardozo (Presidente), Professor Ignacio de Souza Valladão e Balthazar Góes(Professor de Português) para a disciplina de Português; Dr. João de Araujo Lima (Promotor Público), Dr. Felino Martins Fontes de Carvalho (Médico) e Paulilio Fernandes de Barros como Presidente da Banca de Francês; Para a banca de Inglês foram nomeados Dr. Francisco de Paula Freire (Médico) como presidente desta banca, Professor Alfredo de Siqueira Montes (Professor de Inglês) e Dr. Olyntho Rodrigues Dantas (Professor de Latim). Os membros dessas bancas, assim como as demais daquele ano foram nomeados pelo vice-

governador em vista da proposta do Delegado especial do Inspetor geral de Instrução pública primária e secundária do Estado de Sergipe.

A lista dos resultados dos exames feito naquele ano, divulgada também pelo jornal “O Republicano”, apresenta Anna Lobão e Flora de Alencar Menezes como “aprovadas plenamente” nos exames de Francês e Português, no exame de Inglês, Flora de Alencar Menezes foi aprovada com distinção, sendo ela a única mulher a ser aprovada com distinção na turma. Na época os tipos de aprovação eram: com distinção, plenamente ou simplesmente

A análise realizada desses pedidos ajuda a compreender que desde o século XIX a mulher sergipana desejava a entrada no ensino superior. As mulheres que foram estudadas estão entre as primeiras, que embora sendo educadas em aulas particulares ou em instituições de ensino voltado exclusivamente para a educação feminina, adentraram em um universo predominantemente masculino.

Tal afirmação evidencia-se também ao comparar o número de pedidos entre os gêneros nos anos de 1889 e 1890, os quais num universo de trezentos e setenta e oito, aparecem nove pleitos de mulheres. Comparando esses dados com o número de matriculados no ensino de primeiras letras em Sergipe no ano da Proclamação da República, o número total era de 5.119, sendo 2.569 alunos e 2.550 alunas (NUNES, 1984, p. 158). Esse quadro numérico possibilita perceber o desnível entre o quantitativo de mulheres que iniciavam seus estudos em contraposição com as poucas que chegavam a buscar o ensino superior.

Tais exames permitem notar a presença feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX, demonstrando que já havia o interesse por parte das estudantes em ingressar nas Academias Imperiais, prestando os exames no próprio Estado de Sergipe.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870/1908)**. 2005. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A Educação como espetáculo. In: Maria Stephanou. Maria Helena Câmara Bastos (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 116-131.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, *et all.* **Pernambuco, Sergipe, São Paulo: os caminhos do Colégio Inglês na educação feminina**. Revista Horizontes, Bragança Paulista/SP, v. 20, n. 12, p. 1-13, 2002a.
- FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de. **Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX**. Revista do Mestrado em Educação, UFS, v.4, p. 45-65, jan/jun, 2002b.
- FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de. **Educação, Trabalho e Ação Política: sergipanas no início do século XX**. Tese de Doutorado em Educação. UNICAMP. 2003.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e LOPES, Eliane Marta Teixeira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- GUARANÁ, Armindo. **Diccionario Bio-bibliografico Sergipano**. Rio de Janeiro. 1925.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, ed. USP, 1972.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (Coleção Historial, 6).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Mary Del Priore (org.) Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

NUNES, Maria Thétis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. São Cristóvão, SE. 2ª ed. Editora da UFS, 1999.

OLIVEIRA, Luís Eduardo Meneses de. **A instituição do ensino das Línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809/ 1890)**. 2006. ps. 293/317. Tese de Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As vozes do Silêncio. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 217-235.

VECHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as elites. In: Maria Stephanou. Maria Helena Câmara Bastos (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 78-90.